



**“MEÇA SUAS PALAVRAS”:
OS LIMITES SOBRE O HUMOR NO CASO CHARLIE
HEBDO**

Alan Lobo de Souza*

Universidade Federal da Bahia - UFBA

alan.lupus@gmail.com

RESUMO: Neste artigo, considero que a questão fundante das polêmicas nos discursos sobre o humor se iniciam em torno do que (supostamente) não faz rir. Entretanto, as práticas que constroem e mantêm o imaginário coletivo em relação aos limites do ato humorístico articulam-se de modos distintos: de um lado, a compreensão de que a trama das relações históricas envolvidas nas polêmicas promove uma discussão para além do campo do humor, e, de outro, a observação de que os dois debates são distintos e interdependentes. Ciente desse duplo funcionamento, proponho analisar brevemente a relação entre os limites do humor e o politicamente correto em uma entrevista com o então diretor do Jornal humorístico *Charlie Hebdo*, divulgada no programa “Roda Viva Internacional” da TV Cultura no ano de 2015. Por fim, arrisco tecer algumas considerações sobre a disputa de sentidos nos discursos sobre o humor.

PALAVRAS-CHAVE: humor – liberdade de expressão – polêmica – memória discursiva.

**“MEASURE YOUR WORDS”:
THE LIMITS ON HUMOR IN THE CHARLIE HEBDO
CASE**

ABSTRACT: In this article, I consider that the motivating issue of polemics in discourses about humor begins around what (supposedly) does not make us laugh. However, the practices that construct and maintain the collective imagination in relation to the limits of the humor act are articulated in different ways: on the one hand, the understanding that the plot of historical relations involved in the controversies promotes a discussion beyond the field of humor, and, on the other, the observation that two debates are distinct and interdependent. Aware of this dual functioning, I propose to briefly analyze the connexion between the limits of humor and the politically correct in an interview with the then director of humorous newspaper *Charlie Hebdo*, published in TV Cultura's program "Roda Viva International" in the year 2015. Finally, I risk to make some considerations concerning the dispute of meanings in the in discourses about humor.

KEYWORDS: humor – freedom of expression – controversy – discursive memory.

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com período de estudo na Paris IV (Paris-Sorbonne). Embora Professor temporário do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sublinho que o artigo foi produzido durante o doutorado (compondo parte da tese), e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), número do processo: 05420-8/2013.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Neste artigo, proponho uma breve análise sobre o funcionamento discursivo da polêmica em torno do “caso” Charlie Hebdo, mas precisamente situando a discussão na entrevista que o editor do jornal satírico francês concedeu ao programa “Roda Viva Internacional” da emissora de TV Cultura. Apesar de reconhecer que esse material fomentou a discussão de contornos mundiais que se sucedeu após o atentado sofrido pelo jornal francês em janeiro de 2015, proponho um recorte centrado apenas na entrevista por considerar um material interessante para a análise do confronto entre o posicionamento discursivo do jornal francês assim representado pelo seu editor-chefe (que, por sua vez, difere dos posicionamentos atribuídos às charges ou notas emitidas pelo jornal) e os diferentes posicionamentos assumidos pelos entrevistadores.

Considero um recorte que favorece o contorno de “arena”, a oposição, o confronto e a contradição produzidos frequentemente nos discursos *sobre* o humor, uma vez que a entrevista favorece o levantamento de alguns questionamentos (portanto diferentes posicionamentos discursivos) que circulam na sociedade a que os entrevistadores se identificam por meio da memória discursiva (ou interdiscurso). Dito de outro modo, a partir desse recorte, é possível afirmar que o sentido se constrói pela relação que mantém com o já-dito, articulado pelo trabalho da ideologia que produz o esquecimento sobre seu próprio funcionamento.²

Dito isso, a partir da Análise de Discurso, tomo como ponto de entrada a reflexão sobre o funcionamento de uma das particularidades desse discurso polêmico, observando a não transparência da linguagem, o equívoco constitutivo da linguagem. Isto é, parto do pressuposto discursivo que compreende que a construção do sentido é indissociável da filiação ideológica assumida pelo sujeito no ato da enunciação, o que gera a incompreensão por parte dos sujeitos envolvidos no debate. O que há, por conseguinte, são diferentes efeitos de sentido filiados a diferentes formações discursivas que darão contornos à polêmica.

² Sobre a ilusão do sujeito ser a origem do dizer (esquecimento nº 1) e a não percepção do sujeito sobre a possibilidade do seu dizer poder ser interpretado de outro modo, falseado por um efeito de evidência (esquecimento nº 2), ver PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de E. P. Orlandi et alii. Campinas: UNICAMP, 1988.

Assim, inicialmente proponho discorrer brevemente sobre o discurso do Politicamente (in)Correto, explorando um material em que ele é o centro da discussão, de modo a sublinhar diferentes posicionamentos em torno de tal “rótulo”. Em seguida, defino as duas grandes frentes de discussão em torno da recepção do ato humorístico, descrevendo o modo como a discussão se constrói em torno de um objeto não homogêneo (afinal, qual é o centro da polêmica), caracterizado por um efeito de evidência em torno desse objeto. Por fim, invisto na análise da entrevista concedida por Laurent Sourisseau, momento em que descreverei o modo como a prática do humor é caracterizada tanto pelo entrevistado quanto pelos seus entrevistadores, caracterizando diferentes discursividades fundadas na memória em torno dos supostos limites do humor e da liberdade de expressão – memória esta que os sujeitos não se dão conta no ato da enunciação.

BREVES NOTAS SOBRE O POLITICAMENTE (IN)CORRETO

Logo nas primeiras páginas do “Dicionário do politicamente correto”³, livro de humor escrito pelos humoristas norte-americanos Henry Beard e do também produtor televisivo Christopher Cerf⁴, há um texto de apresentação em que o escritor Moacyr Scliar defende sutilmente a possibilidade de se pensar o Politicamente Correto (de agora em diante, PC) como uma incongruência, um “acaso do destino”. Para Scliar, o país reconhecido pela valorização da luta da igualdade de direitos na sua fundação e libertação de seu antigo colonizador é também reconhecido pela existência (tanto no passado quanto ainda na atualidade) de grupos reacionários, de extrema direita, “nacionalistas” (isto é, anti-imigração) e que defendem a nefasta suposição de uma supremacia branca⁵. Dessa maneira, o PC, em vez de ser lido como uma tentativa de

³ BEARD, Henry; CERF, Christopher. **Dicionário do politicamente correto**. L&PM Editores, 1994, p. 136.

⁴ Os autores de “*The Official Politically Correct Dictionary*” (1992) são reconhecidos por tematizar a então inicial cultura norte-americana do PC, como no caso de outra de suas obras dedicadas a essa temática “*Sex and Dating: The Official Politically Correct Guide*” (1995). Em ambos os livros, os autores ironizam o a cultura do politicamente correto a partir de termos combatidos na sociedade americana no início da década de 1990.

⁵ Curiosamente, o período que compreende as análises que desenvolvi durante a tese (2013-2017) correspondeu ao momento em que o futuro presidente dos Estados Unidos foi reconhecido por representar e defender esses preceitos. Scliar, apesar de fazer referência ao passado dos americanos, talvez não tenha desconsiderado a possível continuidade desse mesmo funcionamento histórico no país.

pregar respeito, seria interpretado como um modo de retaliação às próprias liberdades individuais.

Scliar inicia seu texto com a citação de uma das obras de Lewis Carroll, “Alice através do Espelho”:

“Quando eu uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom desdenhoso, “ela significa exatamente o que eu quero que signifique – nem mais nem menos.” “A questão é”, disse Alice, “se você pode fazer uma palavra significar tantas coisas diferentes.” “A questão é” disse Humpty Dumpty, “saber quem manda. Isso é tudo.”⁶

Scliar não aprofunda, ao longo do seu texto de apresentação do livro de Beard e Cerf, a discussão em torno da citação, embora seja possível afirmar que a leitura que o autor faz do fenômeno do PC na linguagem não é dissociada de uma reflexão entre linguagem e história. Ora, o trecho bastante conhecido (sobretudo por linguistas) do diálogo entre Alice e Humpty Dumpty inquieta justamente pelo equivocado pensamento do senso comum de que a linguagem é antes um código e que, por sua vez, o sentido é evidente, aguardando o momento de ser decifrado, independentemente, assim, de outros fatores, como as condições históricas que possibilitam que esses sentidos sejam uns e não outros. Scliar parece compreender esse fenômeno quando se propõe a questionar as bases históricas de funcionamento do PC.

O Politicamente Correto corresponde, pois, a um determinado cenário histórico. É a expressão da revolta de grupos marginalizados em busca do respeito que merecem; traduz séculos ou milênios de humilhação e de opressão, sutil ou brutal, quando não sanguinária. Que se revista de exagero é apenas compreensível. No futuro, o vocabulário Politicamente Correto será olhado como o testemunho, curioso talvez, de uma fase de rebelião contra o *status quo*.⁷

Nessas primeiras investidas sobre o modo como o PC é interpretado na sociedade, é mais importante notar o modo como a leitura do fenômeno se processa do que a análise do julgamento do próprio fenômeno. Dito de outra forma, interessa analisar o interesse do autor em tratar da temática a partir de um viés histórico, como se a justificativa para tal ocorrência na linguagem estivesse ancorada num “problema social”. Assim, Scliar defende a relação entre o PC e uma “nova” demanda. Trata-se de um procedimento que não é incomum em interpretações sobre o PC.

⁶ CARROLL, Lewis. **Alice através do espelho e o que ela encontrou lá**. Tradução de Cynthia Beatrice Costa. São Paulo: Poetisa, 2015, p.140.

⁷ BEARD, Henry; CERF, Christopher. **Dicionário do politicamente correto**. L&PM Editores, 1994, p. 136.

Não há incongruência na tese de Sciar: é necessário considerar que o surgimento do PC nos Estados Unidos confirma a hipótese da resistência dos grupos oprimidos a uma ordem impiedosa a que estavam submetidos. Tem-se, portanto, não necessariamente uma relação de causalidade, mas de co-ocorrência de fenômenos que se complementam: o funcionamento da opressão e a tentativa de contê-la, superá-la. Há, dessa forma, um ponto insurgente e relevante: o objetivo de conter o fluxo da opressão através da linguagem. É o que se observa no argumento utilizado pelos próprios autores norte-americanos do dicionário do PC:

Conforme os linguistas Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf suspeitavam já nos anos 40 – e a teoria pós-moderna confirmou – a linguagem não é um mero espelho da sociedade e sim a força maior na construção daquilo que percebemos como “realidade”.⁸

Longe de analisar a tese de que a linguagem influenciaria o modo como percebemos a realidade, considero importante dizer que o título que dá origem a esse artigo – “Meça suas palavras” – está registrado no dicionário de Beard e Cerf como título do primeiro capítulo do livro como uma alusão ao discurso do PC.⁹ Ao retomá-lo, de fato, circunscrevo o objeto de análise: o funcionamento de um discurso que se propõe a regimentar/reestruturar a questão do PC na linguagem – um funcionamento aparentemente recorrente em obras dedicadas à temática. Para ilustrar essa regularidade, analiso brevemente outro material: o livro “Politicamente Correto e direitos humanos”.¹⁰

Nesse livro – na verdade trata-se de uma coletânea de textos de diferentes autores que se dedicaram a analisar a questão e definida pelos autores como “cartilha” – há dois textos que merecem atenção – curiosamente dois textos que antecedem a obra: o primeiro, uma apresentação de autoria do então subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cypriano; o segundo, um texto de introdução de autoria do historiador Jaime Pinsky.

No texto de apresentação, Cypriano afirma:

⁸ BEARD, Henry; CERF, Christopher. **Dicionário do politicamente correto**. L&PM Editores, 1994 p. 136.

⁹ Os demais capítulos são assim nomeados: “Dicionário de termos e expressões politicamente corretas”, “Politicamente Incorreto, politicamente correto”, “Outras palavras, conceitos e ‘Heróis’ suspeitos a serem evitados e/ou descartados”, “Conheça o seu opressor: um glossário bilíngue da linguagem burocraticamente adequada”.

¹⁰ QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004, p. 88.

A ideia do título, “Politicamente correto”, tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o intuito de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes. Não queremos promover discriminações às avessas, “dourando a pílula” para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos os “outros”. Ao contrário, nesse glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las. Com ele, queremos incentivar o debate, fomentar a reflexão, inclusive pela razão simples de que, para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os “diferentes”.¹¹

A expressão “título provocador” sugerido por Cypriano relaciona-se com outro trecho do mesmo texto: “incentivar o debate, fomentar a reflexão”. Não há dúvidas de que o debate não é propriamente das “expressões pejorativas”, como afirma Cypriano. As expressões são assumidas desde já como “termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos os ‘outros’”. O pressuposto de que o politicamente incorreto corresponde a um insulto direcionado a alguém implica que o debate do PC é limitado (e justificado) à existência dos estereótipos, mas precisamente o estereótipo atribuído às pessoas “diferentes”. Cypriano inclusive defende, ironicamente, a possibilidade de que os “diferentes” seriam exatamente aqueles que se propõem a defender o PC.

Na introdução do livro, a autoria muda de mãos, passando ao historiador Jaime Pinsky. Inicialmente o historiador parte do mesmo pressuposto assumido por Cypriano: a pressuposição da existência de estereótipos como fundadores do preconceito.

Afinal, todos sabemos (sabemos?) que os franceses não tomam banho; os mexicanos são preguiçosos; os suíços, pontuais; os italianos, ruidosos; os judeus, argentários (...). Sabemos também que cariocas são folgados; baianos, festeiros; nordestinos miseráveis; mineiros, diplomatas, etc. Sabemos ainda que o negro não tem o mesmo potencial que o branco, a não ser e algumas atividades bem-definidas como o esporte, a música, a dança e algumas outras que exigem mais do corpo e menos da inteligência. Quando nos deparamos com uma exceção admitimos que alguém possa ser limpo, apesar de francês; trabalhador, apesar de mexicano; discreto, apesar de italiano; honesto, apesar de árabe (...). Mas admitimos com relutância e em caráter totalmente excepcional.¹²

¹¹ QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. p. 11-12.

¹² Ibid., p. 16.

Apesar de partir do mesmo pressuposto admitido pelo subsecretário, Pinsky não se limita à admissão dos estereótipos como determinantes para a existência do PC e propõe a necessidade de uma retomada à história como base de compreensão do funcionamento da estereotipia:

O mecanismo funciona mais ou menos assim: estabelecemos uma expectativa de comportamento coletivo (nacional, regional, racial), mesmo sem conhecermos, pessoalmente, muito ou mesmo nenhum membro do grupo sobre o qual pontificamos. Sabemos (sabemos?) que os mexicanos são preguiçosos porque eles aparecem sempre dormindo embaixo dos seus enormes chapelões enquanto os diligentes americanos cuidam do gado e matam bandidos nos faroestes. (...) Falamos da inferioridade do negro a partir da observação empírica de sua condição socioeconômica. E achamos que as praias do Rio de Janeiro cheias durante os dias de semana são provas do caráter folgado do cidadão carioca. Não nos detemos em analisar a questão um pouco mais a fundo. Não nos interessa estudar o papel que a escravidão teve na formação histórica de nossos negros. (...) O importante é reproduzir, de forma acrítica e boçal, os preconceitos que nos são passados por piadinhas, por tradição familiar, pela religião, pela necessidade de compensar nossa real inferioridade individual por uma pretensa superioridade coletiva que assumimos ao carimbar “o outro” com a marca de qualquer inferioridade.¹³

Apesar da obra de Queiroz ter como objetivo apenas definir as expressões ditas pejorativas, funcionando como uma cartilha, isto é, sem investir na análise dessas expressões¹⁴, o texto introdutório de autoria de Pinsky questiona as bases desse pressuposto.¹⁵ Um funcionamento indissociável entre história e linguagem, como observa o historiador:

Temos pesos, medidas e até um vocabulário diferente para nos referirmos ao “nosso” e ao do “outro”, numa atitude que, mais do que autocondescendência, não passa de preconceito puro. Por exemplo, a nossa é religião, a do outro é seita; nós temos fervor, eles são

¹³ QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. p. 16-17.

¹⁴ Para ilustrar o que tenho dito, exponho as duas primeiras definições exploradas pela cartilha: "**A coisa ficou preta** – A frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo forte conotação racista contra os negros. **Africano** – Termo relativo à África, aos seus naturais e habitantes. Sua utilização genérica muitas vezes serve para negar a diversidade de países e povos daquele continente ou para discriminá-los, em geral, inferiorizando-os." (QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004, p. 18).

¹⁵ Apesar de compor o glossário da obra de Queiroz no ano de 2004, o texto mencionado foi originalmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo* (20/05/1993) e também no livro “Brasileiro(a) é assim mesmo – Cidadania e Preconceito” (1993), da editora Contexto. O texto de introdução foi cedido pelo historiador e professor da USP para publicação do livro da Secretaria dos Direitos Humanos. O que justifica o alcance e interesse da análise distintos entre o texto de introdução e o restante da obra.

fanáticos; nós acreditamos na lei de deus (o nosso sempre em maiúscula), eles são fundamentalistas (...) e, finalmente, não temos preconceito, apenas opinião sobre as coisas.¹⁶

Grosso modo, esse processo de interincompreensão – em que, para um lado, piadas que apresentam um alvo ofendem e, para outros, as piadas não deveriam ter uma limitação sobre o tema – permite afirmar que o PC é antes um campo de disputas que não apresenta um único ponto em que se detenha a controvérsia. Ao contrário, estrutura-se na interincompreensão do ponto de disputa; isto é, tanto o tema quanto o alvo dos supostos textos polêmicos oscilam como foco de discussão. Trata-se de um funcionamento que se perde em meio à controvérsia e do qual os comentadores não se dão conta.

A ENTREVISTA DE LAURENT SOURISSEAU

Na primeira semana do ano de 2015, no dia 07 de janeiro, o jornal satírico semanal Charlie Hebdo, situado no 11^o *arrondissement*¹⁷ de Paris, foi invadido por homens armados. O ataque registrou 12 mortos (dois deles agentes da polícia) e cinco feridos gravemente. No mesmo dia, uma policial foi morta a tiros em Montrouge, periferia de Paris, e, no dia seguinte, o mesmo acusado de matar a policial invade um supermercado próximo à Porte de Vincennes, matando quatro reféns antes de ser morto pela polícia. Os atentados são caracterizados como protestos à edição do semanário humorístico que ostentava em sua capa a caricatura de Maomé com os dizeres “100 chibatadas, se você não morrer de rir” (*100 coups de fouet si vous n'êtes pas morts de rire*). O ataque foi descrito como uma retaliação à suposta ofensa do jornal após publicar a caricatura de Maomé, fundador do islamismo.¹⁸

¹⁶ QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. p. 17-18.

¹⁷ Trata-se de um dos bairros de maior presença de (filhos de) imigrantes, de grande miscigenação cultural e forte incidência da religião islâmica. É curiosamente o bairro onde se situa o semanário Charlie Hebdo, jornal humorístico reconhecido por comumente publicar caricaturas de diferentes líderes religiosos. É também o “bairro” onde se situa o bar e casa de shows Bataclan, um dos pontos de maior número de vítimas do atentado ocorrido em novembro daquele mesmo ano.

¹⁸ Não me alongarei na descrição do ocorrido em virtude da grande repercussão em torno do caso. Porém, apresento uma descrição detalhada dos contornos históricos em torno da figura do semanário francês e do atentado ocorrido no ano de 2015 na minha tese de doutorado: SOUZA, A. L. **Limites do humor: o funcionamento discursivo da polêmica**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2017, p. 191.

A entrevista do diretor do jornal humorístico francês *Charlie Hebdo*, Laurent Sourisseau, realizada durante o programa “Roda viva Internacional”¹⁹, ocorreu em julho de 2015 (aproximadamente 6 meses após o atentado ao jornal). A entrevista se inicia após inúmeras perguntas sobre a emboscada em que o entrevistado foi um dos sobreviventes, a imigração e comportamento dos imigrantes em território Francês, além da questão da religião (tema usualmente considerado, em redes sociais, como motivador do atentado). Por fim, as perguntas voltaram-se para a questão da suposta provocação pelo humor. Ao longo da entrevista, um dos participantes do programa, o cartunista Paulo Caruso, fez a seguinte pergunta:

Eu tenho um desenho que tentei publicar aqui na época do atentado, da primeira edição do *Charlie*, quando ficou claro (...) Eu queria que mostrasse o desenho. (...) O editor olhou e falou: “Ótimo, mas não vamos publicar – porque não queria entrar nessa briga. Eu fiquei com esse sentimento de que, na verdade, era um assunto que passava a ser proibido em função da provocação do fanatismo religioso. E fiz isso numa exposição, colocando o crédito, uma legenda dizendo assim: “O Editor do *Charlie Hebdo* descobre com quantos Maomé se vende uma revista”. Minha pergunta é: não foi um preço muito caro, o Volinski, toda turma que foi vítima – você também – pela provocação ao fanatismo religioso?”²⁰

Antes da resposta de Sourisseau, observemos a charge censurada pelo editor do programa “Roda viva” a que Caruso faz referência em sua pergunta:



Figura 1 - Charge do cartunista Paulo Caruso publicada durante o programa televisivo “Roda Viva”.²¹

¹⁹ RODA VIVA. Roda Viva Laurent Sourisseau - 27/07/2015. 2015. (1h19m42s). Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=Wzr5DO7nmsQ>>. Acesso em 05 ago. 2015.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid.

Depois de pensar por breves segundos, Sourisseau responde:

Nós nunca consideramos que fazíamos uma provocação, porque, antes de tudo, não publicávamos normalmente caricaturas de Maomé. Em 2006, publicamos as caricaturas que foram realizadas na Dinamarca, porque havia uma censura em cima dessas caricaturas, e, por princípio, não queríamos aceitar essa censura. Foi só isso. Mas nós não temos nada a dizer de particular sobre o Islã. As pessoas têm o direito de ser muçulmanas. Por outro lado, nos opomos quando a religião começa a instaurar interdições, começa a querer se imiscuir na vida pública e a proibir todo mundo disto ou daquilo. Foi simplesmente isso que quisemos dizer: não aceitamos que uma religião imponha regras a toda a sociedade. Para nós, isso não é uma provocação. É banal, é o “bê-a-bá” do funcionamento de toda democracia. Não aceito que se diga que fomos provocadores. Reivindicamos o funcionamento bem simples de uma democracia racional, de uma democracia, justamente, que não é dirigida por uma verdade revelada, mas pela razão. É tudo o que pedimos. Não considero isso uma provocação.²²²³

Sourisseau comenta duas situações: a primeira, afirma que não há uma provocação nas charges do jornal francês; a segunda comenta a questão da influência da religião na vida pública como barreira à democracia. No primeiro caso, em sua defesa, afirma que não é comum a publicação de charges direcionadas à figura de Maomé e que, portanto, não existiria uma perseguição à religião islã. Acrescenta que o caso emblemático de censura às charges publicadas na Dinamarca foi uma motivação para o posicionamento assumido pelo semanário. Sourisseau ressalta que, a partir do momento em que uma religião tentou interferir na publicação de charges, esse ato ressoou não apenas como uma censura a um jornal, mas à liberdade de pensar de uma sociedade. Para tanto, enfatiza o funcionamento da democracia: “Reivindicamos o funcionamento bem simples de uma democracia racional, de uma democracia, justamente, que não é dirigida por uma verdade revelada, mas pela razão”. Com isso, Sourisseau defende que as charges publicadas no jornal humorístico não são uma provocação, mas um enfrentamento.

Após a resposta, Caruso ainda argumenta que as charges expõem ídolos religiosos, especificamente em contextos sexuais, o que corresponderia a uma provocação:

²² A tradução foi realizada pelo próprio programa “Roda Viva Internacional”. Logo, os trechos presentes no artigo são apenas reproduções da legenda que acompanha a fala do diretor francês.

²³ RODA VIVA. Roda Viva Laurent Sourisseau - 27/07/2015. 2015. (1h19m42s). Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=Wzr5DO7mnsQ>>. Acesso em 05 ago. 2015.

O que eu sinto é essa conotação sexual carregando na figura dos ídolos religiosos, como na religião católica, na islâmica. Por exemplo, Cristo pregado na cruz, com um prego no sexo, e [com os dizeres] chega de pedofilia nas igrejas. Outras situações: o pai, o filho e o espírito santo praticando sexo grupal. No fundo, é uma provocação aos ícones religiosos.²⁴

A fala do cartunista é interrompida pelo questionamento de Augusto Nunes, jornalista e apresentador do programa: “Como estabelecer limites?”. Sourisseau responde:

Antes de mais nada, há os limites da lei. Na França, há regras para a liberdade de expressão. Tradicionalmente, os tribunais são muito tolerantes com relação a desenhos humorísticos e satíricos. Não por acaso, mas porque consideram que está na tradição francesa; porque consideram também que é uma produção artística e que se deve ser um pouco mais tolerante com essa forma de expressão do que com outras formas de expressão. Se deixarmos de exercer essa liberdade, ela vai desaparecer. Mesmo que possa chocar, eu diria que, por princípio, deve existir. Porque, se não existir mais, o espaço de liberdade encolhe. A gente não se dá conta, mas, se renunciarmos a exercer essa forma de expressão, se ninguém mais exercê-la, de pouco em pouco, o espaço se estreita. E, no fim, não ousamos mais fazer nada. Então, é também por princípio. Acho que é preciso ser sempre um pouco provocador, numa democracia, sabendo bem que não impomos a leitura do *Charlie Hebdo* a todo mundo. Quem não gosta do *Charlie Hebdo*, quem não quer ver essas coisas, é só não comprar que não verá. E pronto.²⁵



Sourisseau comenta a possibilidade da censura como pertencente não a um suposto julgamento realizado pela sociedade, mas um julgamento da ordem do judiciário francês. Sua interpretação se situa não só no fato de que a interpretação realizada pelos tribunais franceses são coerentes com a liberdade constitucional prevista para a produção de charges como uma manifestação artística (“porque consideram também que é uma produção artística e que se deve ser um pouco mais tolerante com essa forma de expressão do que com outras formas de expressão”), mas também, e sobretudo, pelo fato de que esse julgamento está associado à memória histórica do sentido de democracia valorizada em solo francês. Para o diretor do semanário, esse princípio é o ponto central capaz de manter o próprio funcionamento (“Porque, se não existir mais, o espaço de liberdade encolhe”). Nesse sentido, a democracia é mantida não necessariamente pelos tribunais, mas pela insistência da provocação sábia (ao

²⁴ RODA VIVA. Roda Viva Laurent Sourisseau - 27/07/2015. 2015. (1h19m42s). Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=Wzr5DO7nnsQ>>. Acesso em 05 ago. 2015.

²⁵ Ibid.

sistema democrático) proporcionada pelo ato humorístico (“Acho que é preciso ser sempre um pouco provocador, numa democracia”). No funcionamento da controvérsia, contudo, a “provocação” defendida por Sourisseau será lida como uma afronta, uma injúria que merece ser censura, um desrespeito.

Sourisseau retoma seu posicionamento em outros momentos da entrevista, como na resposta ao questionamento do cartunista, Orlando Pedroso, sobre o modo como a mídia brasileira não tem o mesmo comportamento “provocador” que o CH:

O que a gente teve, especialmente os grandes jornais, foi uma comoção muito grande com relação ao atentado e todo o sofrimento das pessoas e tal. Ao mesmo tempo, os grandes jornais e grandes revistas publicaram as charges que eram publicadas no *Charlie* e que jamais publicariam em suas versões diárias. Por um instante, parece que temos um clima libertário, e, na verdade, tudo acaba voltando ao normal um poquinho (sic) depois. O que...a gente precisa, ou a imprensa precisa sempre ter esse tipo de choque acontecendo... – interrupção de Augusto Antunes com um questionamento direcionado ao próprio Orlando Pedroso: “Você acha que as publicações brasileiras se contém, se censuram (sic) ? – Sim. Existe uma onda conservadora bastante grande acontecendo, e acho que não é só no Brasil. Mas, no Brasil, é bastante grande mesmo. O fato de os jornais publicarem tão abertamente as charges do *Charlie* e defenderem essa liberdade [ao falar “liberdade”, Pedroso sinaliza “aspas” com as mãos] cria um certo desconforto para quem trabalha no jornalismo diário. Como que você enxerga isso? A gente teve 8 milhões de tiragens do *Charlie* logo depois do atentado. Essa tiragem vem diminuindo. Você acha que as pessoas se acomodam?”²⁶



A resposta de Sourisseau é um acréscimo ao posicionamento que o diretor do CH assume em relação à questão da liberdade de expressão :

Com certeza, na época, muita gente descobriu o *Charlie Hebdo*. Nós sempre tivemos um discurso que dizia que reivindicamos uma liberdade enorme nas páginas de nosso jornal, mas não queremos nos impor a todo mundo. As pessoas não são obrigadas a ler *Charlie Hebdo*. Não queremos impor ao resto da imprensa o que gostamos de fazer. Então, compreendo que isso pode chocar. Quando as pessoas dizem: “eu sou Charlie”, também temos o direito de não ser “Charlie”. O pluralismo é isso. Então, ao mesmo tempo, reivindicamos o direito de fazer cartuns o mais livremente possível, mas também não queremos impô-los à sociedade toda. É essa nossa concepção de pluralismo. Agora, em 11 de janeiro, quando houve aquela grande manifestação, os franceses saíram as ruas mesmo sem ler o *Charlie Hebdo*, porque tiveram a impressão de que esse atentado tocava em algo da república, algo de fundamental, isto é, o direito de fazer o que fazemos, o direito a uma liberdade bastante grande. Acho que

²⁶ RODA VIVA. Roda Viva Laurent Sourisseau - 27/07/2015. 2015. (1h19m42s). Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=Wzr5DO7mnsQ>. Acesso em 05 ago. 2015.

sentiram que se atingia algo de profundo na democracia francesa. Mesmo que depois não leiam o *Charlie Hebdo*, não tem problema. Creio que saíram às ruas para defender um princípio.²⁷

A resposta de Sourisseau se constrói a partir da demarcação de um oponente não declarado em sua fala, uma vez que defende que o pluralismo, ponto forte de uma democracia, é negado por aqueles que querem censurar as charges do jornal. Assim, de um lado, sublinha que o direito de escolha é o tema central de seu posicionamento: a liberdade de produzir seria, então, a mesma observada na escolha de não ler o jornal. Por outro, alerta que a ideia de liberdade se opõe a um discurso totalitário atribuído aos agressores do Estado Islâmico. Essa interpretação é construída pela relação que mantém com uma suposta “quebra da república” que o atentado gerou na memória dos franceses (“Creio que saíram às ruas para defender um princípio”).

Se, na pergunta de Augusto Antunes discutida anteriormente, há o questionamento sobre os limites de expressão (do humor), na indagação do cartunista Orlando Pedroso o tema é a questão da liberdade de expressão. No primeiro caso, Sourisseau defende que, em relação aos limites, cabe à justiça francesa julgar. No segundo, afirma que a liberdade é, antes, um princípio, uma tradição francesa. Em seu posicionamento, o foco está menos no que é dito do que no direito de dizer. O debate construído em torno desse evento se estabelece justamente em torno da dupla articulação “limites *versus* liberdade de expressão”.

Nesse cenário, há um duplo funcionamento em questão: o primeiro, a confusão entre a opinião (isto é, a fala pública) e o “ato humorístico”; o segundo, a disputa na interpretação do ato humorístico, quando se discute o que faz (ou deveria fazer) rir. É o que se vê, por exemplo, Sourisseau, quando questionado mais uma vez pelo cartunista, Orlando Pedroso, sobre a possibilidade da existência de uma maior cautela na publicação das charges após o atentado ao CH, afirma:

Talvez, no sentido de que tentamos evitar mal-entendidos, ou seja, que as coisas sejam entendidas equivocadamente. Agora, as pessoas prestam mais atenção em nós. Então, não podemos... O problema de um desenho é quando ele é mal entendido. Então, tentamos fazer com que haja ambiguidade nas coisas. Pois, muitas vezes, entendem os desenhos de tudo quanto é jeito. Ao deixarmos algo nas entrelinhas, as pessoas entendem literalmente. Ao fazermos alusões, nem sempre entendem as alusões corretamente. Assim, às vezes o problema é fazer

²⁷ RODA VIVA. Roda Viva Laurent Sourisseau - 27/07/2015. 2015. (1h19m42s). Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=Wzr5DO7mnsQ>>. Acesso em 05 ago. 2015.

desenhos que não sejam ambíguos. Mas, quando concebemos exatamente o que vamos fazer, nós fazemos.²⁸

Sourisseau não se dá conta da impossibilidade de limitar o sentido das charges a uma leitura coerente com o objetivo pretendido pelo jornal, isto é, alinhar a interpretação do leitor à intenção dos produtores do jornal. A hesitação (“Então, não podemos...”) e a imprecisão ao falar do leitor (“muitas vezes, entendem os desenhos de tudo quanto é jeito...”, “nem sempre entendem as alusões corretamente”) ilustram a fragilidade argumentativa. A tentativa de evitar “mal-entendidos” defendida é, com efeito, impossível: a mobilização da memória, do interdiscurso, associada às charges agenciam diferentes sentidos. Os mal-entendidos são, pois, efeitos de sentido possíveis e coerentes com as diferentes filiações e associações estabelecidas por cada leitor. Entretanto, a ambiguidade aventada pelo entrevistado é possível, sobretudo em discursos (assim materializados nas charges) sustentados pela ironia – é o que se nota, por exemplo, quando menciona a existência de um “problema” associado à produção das charges (“Assim, às vezes o problema é fazer desenhos que não sejam ambíguos”).

Por fim, ao sublinhar que os mal-entendidos nem sempre ocorrem (“muitas vezes...”, “nem sempre...”), Sourisseau deixa entrever a existência de leituras conflitantes das charges: de um lado, a interpretação (dita correta) daqueles que veem uma crítica sustentada pela ironia, de outro, a compreensão (rotulada como equivocada) de outros que veem na charge um ato de desrespeito. Mesmo que analisado sumariamente, é possível dizer que Sourisseau tenta estabelecer uma separação coerente com a controvérsia: é a existência de ideais opostos que caracterizam o debate em torno das charges. Porém, se não faltam bons argumentos para defender a liberdade de expressão e situar a questão dos limites no julgamento das autoridades, não acontece o mesmo quando o assunto é a relação entre os objetivos da publicação e o modo como são interpretados na sociedade.

CONCLUSÕES

A relação entre o humor e as discussões sobre os seus limites não é recente. Sumariamente, é possível observar que, desde as relações construídas pelos Gregos em

²⁸ RODA VIVA. Roda Viva Laurent Sourisseau - 27/07/2015. 2015. (1h19m42s). Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=Wzr5DO7mnsQ>>. Acesso em 05 ago. 2015.

relação ao riso (o riso sarcástico de Dionísio, a relação entre riso e dialética etc.), passando pelo humor latino tratado por Cícero, as diferentes faces do humor medieval (festivo, profano etc.), o escárnio e a zombaria citados por Thomas Hobbes, a distinção entre os chistes hostis e os chistes obscenos de Freud, entre outros momentos de grande relevância histórica, a nossa sociedade sempre se deparou com discussões em torno da prática do humor.

Atualmente, diante dos discursos sobre o humor que circulam na sociedade, nos comentários em meio virtual, arrisco-me a comparar o humor a um baile de máscaras: entre as diversas faces do humor, há aquelas que são reconhecidas como um veículo de denúncia e reflexão; há também aquelas que são lidas como a simples face da diversão, do riso. Entretanto, há também aquelas avaliadas pelo campo da moral: são as máscaras do grotesco e do perverso, por vezes exibindo um semblante julgado incompatível por alguns participantes, segundo os quais a face não corresponderia a um dos atos de humor. Como no baile de máscaras, não se sabe quem está por trás: o que está em jogo não é quem as porta, mas a “máscara” que é vista pelo outro e o modo como ela será interpretada. Dito de outro modo, ratifico o que já foi dito ao longo da análise da entrevista: os “mal-entendidos” são, pois, efeitos de sentido possíveis coerentes com as diferentes filiações e associações estabelecidas por cada leitor, o que produz o efeito polêmico da interincompreensão.

É possível afirmar que o debate sobre a recepção do ato humorístico divide-se em duas frentes: de um lado, a relação de solidariedade (partilhamento de ideias) com o humorista; de outro, o contrário, a negação do ato enquanto humor, considerando-o apenas um comentário maldoso, grosseiro – o que resultará no modo como parte do público questiona (e não aceita) quando o autor do enunciado dito polêmico é encarado como um humorista ou comediante. Nesse caso, ocorre, eventualmente, uma denúncia de que se cometeu um abuso: a piada é lida seja como uma forma de opressão a determinado grupo social seja como um ato de ofensa a um alvo específico.

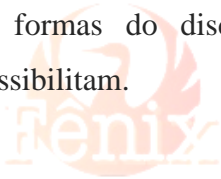
Diante desse cenário, por um lado, o humorista declara-se vítima: há uma leitura de que há uma suposta censura que sofre de parte da sociedade (mas também não esquece de sublinhar que há um público que compreende e que se solidariza com a interdição que sofre). A liberdade de expressão será o argumento central utilizado em sua defesa, o meio de legitimar o seu direito de dizer – o que incluiria o direito de fazer

piada sobre qualquer assunto, sobre qualquer grupo. O humorista acusado denunciara a existência da prática do PC por parte da sociedade e a condenará.

Por outro lado, o público, heterogêneo, reage a esse ato de vitimização do humorista também a partir da discussão em torno dos mesmos questões mencionados pelo humorista: a liberdade de expressão (os limites do dizer). Esse duplo movimento, da parte do humorista e de parte do público que não o encara como tal, torna incontornável a análise do modo como esse debate se constrói e, sobretudo, os efeitos de sentido que produz. Isto é, está em discussão não apenas a responsabilidade do humorista, mas também a compreensão de um debate obscuro sobre o que vem a ser o próprio discurso do PC e a associação com a questão da liberdade de expressão.

Outrossim, o discurso sobre a prática humorística é o espaço em que se articulam o simbólico e o político. O Humor se estabeleceu como campo pelo direito de dizer o que quiser: nesse campo, como na arte, o funcionamento é diferente de outros. Naqueles, as tentativas de controle aparentam ser menos rígidas se comparadas a outros campos, como na literatura, mas também em novelas, propagandas (cigarro, bebida), filmes etc. A arte, por exemplo, pode se dar o direito de explorar qualquer tema e meio para expressar-se, como se vê em um trecho dito por um dos entrevistados do programa Roda Viva Internacional: “é uma produção artística e que se deve ser um pouco mais tolerante com essa forma de expressão do que com outras formas de expressão”. No entanto, isso não impede o seguinte questionamento bastante comum na sociedade: é arte boa ou ruim? Trata-se de um questionamento frequentemente debatido no interior do campo: assim como acontece no campo do Humor, questiona-se se a produção desse campo agrada ou desagrade alguém. A diferença, talvez, pode ser resumida no seguinte argumento: a arte, apesar de não se pautar no debate sobre a liberdade de expressão, a cada vez que o problema surge, tenta definir os limites ou lutar por sua eliminação. Nessa perspectiva, as controvérsias (não só no campo da Arte) desenvolvem-se eventualmente fora do campo tematizado: nos comentários sobre o humor, os argumentos mobilizam tanto os conhecimentos do próprio campo do humor quanto os temas referentes à moral, à religião etc. É sobre essa compreensão que se assenta o discurso de Sourisseau: a prática do humor não tem objetivos estanques, mas determinados pelas condições sócio-históricas em que eles emergem. São, portanto, indissociáveis das práticas sociais e por elas serão avaliados – embora esse julgamento, segundo Sourisseau, não deva limitar a própria prática do humor.

Mas as comparações com o campo da Arte ainda me parecem insuficientes, apesar de coerentes e próximas. Em parte, porque a questão do controle é encontrada em diferentes lugares, apesar de estruturarem diferentes debates. O debate mais problemático, no campo do humor, parece tratar do caráter da liberdade, total ou parcial, dos humoristas e desdobra-se no papel do Estado diante disso – este idealizado como mediador, capaz de estabelecer os limites dessa “liberdade”. Aqui o discurso do editor-chefe do semanário francês ecoa, na medida em que credita o funcionamento da interdição apenas ao estado, distanciando-se de julgamentos sociais ou valorativos em torno da prática humorística – que, segundo Sourisseau, é antes de tudo uma prática política que sustenta as liberdades individuais, uma memória discursiva da conquista francesa. O que não impede, porém, que seu enunciado seja lido como “afronta”, “excesso”, “despudor”, “desrespeito” etc. Esse funcionamento denuncia o equívoco constitutivo da linguagem, na medida em que este embate é engendrado pela incapacidade que os sujeitos têm de compreender a filiação ideológica do outro (ou a capacidade de apenas interpretá-las segundo as diretrizes de sua própria filiação); afinal, as formas do discurso são determinadas pelas condições de produção que as possibilitam.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 30/05/2018

PARECER DADO EM: 13/06/2018